



ATA DA REUNIÃO DE 27/11/2023

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Texto definitivo da ata n.º 16/2023 da reunião ordinária realizada no dia 27 de novembro de 2023, iniciada às 15:00 horas e concluída às 18:00 horas.





ATA N.º 16/2023

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e três, nesta cidade do Fundão, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, com a presença do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Dr. Pedro Manuel Figueiredo Neto, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes.

O Senhor Presidente justificou a ausência da Senhora Vereadora Dra. Ana Paula Coelho Duarte, por motivos de saúde.

A reunião foi secretariada pela Dra. Maria Isabel Carvalho Campos, Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

O Senhor Presidente da Câmara deu início à reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 15 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Documentos Previsionais para o ano 2024;
- Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Alpedrinha;
- Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo;
- d) Atribuição de apoio financeiro GARDUNHA VIVA Associação de Montanhismo do Fundão;
- e) Atribuição de subsídios às coletividades ano 2023 2.ª adenda Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares;
- f) Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia atividades de animação e apoio à família para o ano letivo 2023/2024;
- g) Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico ano letivo 2023/2024 fichas de trabalho:
- h) Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico ano letivo 2023/2024 fichas de trabalho (em data extemporânea);
- i) Empreitada de: "Alteração e Ampliação do Quartel da GNR Fundão" ratificação de despacho;





- j) Atribuição de topónimos Freguesia de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo;
- k) Atribuição de topónimos Freguesia de Alcaria;
- l) Atribuição de topónimos Freguesia de Barroca;
- m) Atribuição de topónimos Freguesia de Orca;
- n) Correção de extensão topónimo "Rua da Fonte de Cima" Freguesia de Capinha.

4 - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- a) Marco António Simões Alves construção de habitação unifamiliar Alcaria;
- b) Joaquim dos Reis Marques legalização de construção de habitação unifamiliar –
 Barroca;
- c) Miguel Carlos Taborda Amaral Craveiro legalização de ampliação de habitação unifamiliar Donas;
- d) António José Baptista dos Santos licenciamento de ampliação de habitação unifamiliar Donas;
- e) Banco Comercial Português, S.A. legalização de piscina associada a moradia unifamiliar Fundão;
- f) Frutas João Veríssimo Mendes & Filho, Lda. licenciamento de reconstrução de habitação unifamiliar existente, ampliação de apoios agrícolas e arranjos exteriores e sistema anti-geada – Aldeia de Joanes;
- g) Gonçalagro Sociedade Agro Comercial, Lda. construção de pavilhão destinado a armazém, comércio, serviços e indústria – Fundão;
- h) ONITELECOM Infocomunicações, S.A. autorização para passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existente Fundão;
- NOS Comunicações, S.A. instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existente – Fundão;
- j) Luís Alves Ribeiro compropriedade Souto da Casa;
- k) Maria Irene Monteiro Pereira Mendes compropriedade Donas;
- Aida Maria Porfírio Mendes compropriedade Souto da Casa;
- m) Kelly Lopes Ribeiro compropriedade Telhado.

5-INFORMAÇÕES:

a) Balancete do dia 21 de novembro de 2023.





1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 15

Foi apresentada à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia treze de novembro de dois mil e vinte e três, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei. Não participou na votação o Senhor Vereador Dr. Pedro Manuel Figueiredo Neto, por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do previsto no n.º 3, do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Iniciado o período de antes a ordem do dia, o Senhor Presidente começou por dar conta de algumas questões que se prendem com a construção do Orçamento Municipal para o ano de 2024, informando que, no contexto de preparação do documento, decorreram reuniões de caráter obrigatório com os partidos que têm assento na Assembleia Municipal e com as Juntas de Freguesia.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta de alguns dados relacionados com a atividade municipal. Começou por referir que, entre os dias 13 e 16 de novembro, o Município do Fundão participou na Web Summit 2023, a maior conferência de inovação e empreendedorismo do mundo, que decorreu no Parque das Nações em Lisboa, na qual o município teve oportunidade de promover o ecossistema de Inovação e Investimento do Fundão, através de reuniões e atividades ao longo dos quatro dias de evento. Acrescentou que, desta iniciativa resultaram numerosos contatos, estando já agendadas diversas apresentações, reuniões e visitas por parte de empresas e investidores ao concelho do Fundão.

No dia 20 de novembro, o município esteve presente na abertura do "Encontro UBI Ciência e Inovação 2023", que decorreu na UBI — Universidade da Beira Interior, um evento integrado no âmbito da semana da ciência e tecnologia que incluiu sessões, palestras e workshops relacionados com várias áreas de investigação. Salientou tratar-se de um trabalho muito profícuo que se faz em termos de inovação na Cova da Beira, destacando a relevância de diversos projetos que hoje se desenvolvem na área de investigação e desenvolvimento, em parceria com os municípios, incluindo o Fundão. Uma iniciativa que abrange já uma ampla gama de redes muito distintas.

No dia 8 de novembro de 2023, o Senhor Presidente esteve como representante dos municípios, na terceira reunião da Comissão de Acompanhamento do Centro 2030, dando conta do esforço regional que tem sido feito para finalizar o Programa 2020, sendo que, no momento,





cerca de dez por cento do programa ainda está por ser executando, encontrando-se apenas a um mês do seu encerramento, um montante de valor considerável. Disse que, neste âmbito, foram discutidos critérios para tornar financiáveis valores inicialmente não contemplados, como é o caso das revisões de preços e trabalhos adicionais em empreitadas, e o aumento da taxa de financiamento, alterando-se a taxa de oitenta e cinco por cento a fundo perdido para uma taxa superior. Durante esta reunião, foram ainda aprovadas novas operações, que ficaram em overbooking e que poderão, eventualmente, ser resgatadas. Estes critérios, que podem vir a ser aplicados, pretendem facilitar a execução de todo o FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional aprovado. Disse, ainda, que durante a reunião foi abordado o Programa 2030, em relação aos avisos de concurso que vão surgindo, mais orientados para os municípios e que dificilmente serão lançados antes de fevereiro ou março, sendo que alguns avisos permitirão que os municípios possam concorrer, não de forma individual mas inseridos em redes, nomeadamente, aqueles que decorrem de projetos cujo processo se espera concluir até aos primeiros dias de dezembro, depois de contratualizados os valores com a CIM -Comunidade Intermunicipal, sendo que os avisos só serão lançados para o primeiro trimestre, provavelmente, em fevereiro ou março. Acrescentou, ainda, que durante a reunião decorreu a aprovação de muitos dos termos relacionados com a publicação dos avisos, nomeadamente, o que diz respeito à componente mais regulamentar, uma parte importante devido às ilegibilidades e que permitirá definir as entidades que podem concorrer a muitos dos programas atualmente disponíveis. Em relação a essa questão, disse que existe uma enorme pressão para a conclusão do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência português, no que se refere aos municípios em relação ao Programa 2030, destacando um aspeto positivo, relativamente a toda a área dos investimentos na educação, uma vez que dos centros escolares que estavam assinalados no âmbito da descentralização administrativa, irão passar para o PRR. Em relação ao Fundão, destacou um investimento de grande relevância, a requalificação das sedes do Centro Escolar da Gardunha e Xisto, nomeadamente a Escola Serra da Gardunha, com um montante assinalado de dois milhões e meio de euros, sendo esta uma boa notícia para o município, uma vez que alivia a pressão sobre as medidas que estão no Programa 2030. No âmbito do Orçamento Municipal, fez questão colocar expressamente algumas das ações que se encontram atualmente sinalizadas no âmbito dos ITI - Investimentos Territoriais Integrados das Beiras e Serra da Estrela e da contratualização com a CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beira e Serra da Estrela, salientando a importância, não apenas de informar regularmente sobre essas questões, mas também de promover o debate natural sobre projetos a reexecutar nos próximos oito anos. Disse tratar-se de algo importante, uma vez que se trata de





projetos do Fundão, no âmbito dos ITI das Beiras e Serra da Estrela, encontrando-se na expetativa de que essa contratualização ainda seja efetuada este ano, durante o atual período de transição governamental.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta que, no dia 26 de novembro de 2023, participou no Dia da Família — Serviços Sociais da GNR, uma iniciativa realizada pela GNR — Comando Territorial de Castelo Branco, em colaboração com os Serviços Sociais da GNR, que decorreu em Castelo Novo e na Póvoa de Atalaia. Esta iniciativa teve um caráter lúdico-cultural e procurou partilhar diferentes momentos de lazer e promover o convívio e a camaradagem dos participantes num dia diferente, numa oferta diversificada de modalidades recreativas que procurou o envolvimento, a dinamização e a interação dos militares da GNR e das suas famílias.

Informou, ainda, que participaram como figurantes nas filmagens da série "Salto de Fé", uma nova produção da RTP – Rádio Televisão Portuguesa, cujo cenário escolhido foi a Aldeia Histórica de Castelo Novo, acrescentando que se tratar de uma série humorística que trouxe consigo movimento, animação, vida e alegria a esta localidade.

Entre os dias 17 a 19, e nos dias 25 e 26 de novembro de 2023, teve lugar na aldeia de Alcaide, no concelho do Fundão, o evento "Míscaros - Festival do Cogumelo 2023", uma iniciativa organizada pela Liga dos Amigos do Alcaide e o pelo Município do Fundão, com o apoio da Junta de Freguesia do Alcaide. Um evento que ficou marcado por uma impressionante concentração de público, tendo sido considerado por alguns como o evento com maior participação de sempre. Nesse sentido, quis deixar expressa uma nota de parabéns à Liga dos Amigos do Alcaide, extensivo a todos os envolvidos, desde a parte logística até à componente de programação e à segurança, entre outros. Salientou que o evento foi um enorme sucesso, que despertou o desejo a muitas pessoas de voltar, acrescentando que um número considerável de participantes eram provenientes de outras regiões do país, incluindo alguns espanhóis. Disse que este evento tem vindo a afirmar-se como algo muito importante, na sua opinião, tendo atingido este ano uma dimensão que coloca ao município algumas questões relacionadas com a logística e a mobilidade para o próximo ano. Destacou que este foi o maior evento em termos de presença e participação que ocorreu no concelho do Fundão, um evento que a população do Alcaide torna único, com uma gastronomia apurada e uma perspetiva justa para a comunidade angariar recursos que ficam na aldeia e que, com a adesão que teve, contribuiu para ajudar as famílias e as unidades hoteleiras no concelho do Fundão e na região.

No dia 24 de novembro de 2023, na Sala de Imprensa do Casino Fundanense, o Município do Fundão assinalou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, com a realização de um conjunto de iniciativas. Nessa sessão, decorreu ainda a apresentação de





um vídeo alusivo a essa temática e uma palestra, "O Silencio sobre Rodas: Testemunho de João Mota", que contou com a oradora Luísa Marques, coordenadora de Educação para os Direitos Humanos na Amnistia Internacional – Portugal, tendo lugar ainda a iniciativa "Dança pela Não Violência".

Relativamente a eventos futuros, deu conta que, no dia 8 de dezembro de 2023, terá lugar a cerimónia da Bandeira "Autarquia + Familiarmente Responsável", em Coimbra, atribuída pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis que distinguiu, pelo décimo primeiro ano consecutivo, a Câmara Municipal do Fundão com o galardão de "Autarquias + Familiarmente Responsáveis".

Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vice-presidente. Cumprimentou todos os presentes e começou por reforçar o êxito desta edição do evento "Míscaros - Festival do Cogumelo 2023". Nesta sequência disse poder colocar-se a questão da capacidade da própria aldeia acolher um evento desta dimensão, em muitos aspetos, uma vez que a aldeia se encontra subdimensionada para a organização de um evento com tantos milhares de participantes. No entanto, do ponto de vista logístico, as questões mais relevantes acabaram por ser superadas, algumas com maior dificuldade. Contudo, a questão da recolha dos resíduos, da limpeza urbana, e da iluminação, foram questões que acabaram por ser superadas, acrescentando que a questão que teve mais impacto foi a incapacidade da aldeia para fornecer um número suficiente de lugares de estacionamento. De facto, o estacionamento estendeu-se ao longo da estrada nacional até à entrada das Teixugas, com uma grande concentração de estacionamento a partir dos Chão-Donas, que se foi dispersando a partir desse local. Nesse sentido, salientou a necessidade levantada para o próximo ano de reforçar aquilo que já tinha sido uma duplicação dos transportes que tiveram este ano, não apenas no período, mas também, o número de autocarros que estiveram disponíveis para o festival. Deu, ainda, conta que houve um conjunto de novos serviços de empresas locais que estiveram em funcionamento pela primeira vez, a fazer o transporte para a aldeia e da aldeia para a cidade do Fundão, no entanto, esse foi sem dúvida o aspeto mais sensível associado ao festival. Disse que é natural a necessidade de rever essa situação da circulação e de aproximação desse festival, tendo em conta a experiência que têm, sobretudo, com o Festival dos Caminhos da Transumância Chocalhos em Alpedrinha, onde disse haver por natureza uma adesão maior aos transportes públicos, acrescentando, nunca terem tido uma pressão desta natureza, como sucedeu este ano, mesmo tendo duplicado a oferta de transporte, que acabou por ser insuficiente. Nesse sentido, no próximo ano o município irá reforçar essa mobilidade, visando uma abordagem mais segura e evitando estes transtornos na periferia da aldeia.

7





Relativamente ao impacto económico, disse ter sido um êxito em termos de faturação para todos os que desenvolveram atividades comerciais durante a festa, tendo sido verificada uma superação muito grande daquilo que eram as fasquias, em relação às vendas, sendo evidente que todos os produtos derivados do cogumelo tiveram uma maior procura, mas também outros tipos de produtos disponíveis na feira. Nesse sentido, sublinhou não apenas o sucesso alcancado por todos aqueles que tinham as tasquinhas e que promoveram os seus negócios durante os dois fins de semana, mas também o impacto económico a nível da restauração no concelho do Fundão e hotelaria na região, dando conta que, no Fundão, a hotelaria atingiu a sua capacidade máxima com as muitas associações que participaram nesse evento concedendo dormidas, estendendo-se esse impacto, pela primeira vez, às cidades de Castelo Branco e Covilhã. Reforçou que esse impacto não se verificou apenas na aldeia de Alcaide, tendo muitos outros pontos de atração turística acabado por ser contagiados com essa procura no concelho do Fundão, nomeadamente, alguns pontos de atração turística como Castelo Novo, Alcongosta, em particular a Casa da Cereja, tendo sido sem dúvida os atrativos maiores que beneficiaram também desse evento. Por último, quis expressar também uma nota de parabéns extensivo à Liga dos Amigos do Alcaide, que reúne uma família muito grande, que este ano trouxe um conjunto de novos patrocinadores. de novos parceiros para esta organização, à Junta de Freguesia do Alcaide que acolheu e que participou na iniciativa, e a todas as forças da Proteção Civil, GNR, Bombeiros e empresas de Segurança Privada, bem como, às freguesias que estiveram envolvidas, reforçando o papel do município que se mobilizou em praticamente todas as áreas ligadas à animação e à logística, e de uma forma geral, à comunidade do Alcaide que deu mais uma vez uma grande resposta, admitindo a existência de um ciclo na evolução deste tipo de festivais nas aldeias. Disse que olhando para o contexto regional, muitos festivais foram esmorecendo, no entanto, o Alcaide tem tido essa capacidade de se renovar, de inovar, este ano mais ligado à componente da sustentabilidade ambiental, utilizando na sua decoração muitos materiais reciclados, procurando sempre trazer uma marca para a temática do próprio festival.

Seguidamente, deu conta que o município teve a possibilidade de fazer o primeiro teste na recolha dos biorresíduos, um programa que irá arrancar em 2024 no concelho do Fundão, onde foi aplicada parcialmente a contentorização que vai ser distribuída no concelho e os estabelecimentos aderentes ao evento puderam, pela primeira vez, fazer essa recolha para posteriormente poder ser depositada nos contentores e compositores comunitários, um programa que a seu tempo o município irá apresentar.



12

Por último, disse ter sido uma edição considerada como uma das melhores edições de

sempre do festival e, nesse sentido, realçou a sua nota de parabéns a toda a organização que contou com o apoio do município.

No que respeita a eventos futuros, informou que no próximo dia 30 de novembro de 2023, irá decorrer a Terceira Corrida dos Restauradores, a maior prova de atletismo da região tendo neste momento ultrapassado a fasquia dos quinhentos atletas inscritos. Uma competição com muita procura na região, sendo a única que é noturna, com grande ênfase para as camadas mais jovens, contando com aproximadamente cento e cinquenta atletas mais jovens, e com trezentos e cinquenta na camada dos mais veteranos. Esta prova contará com momentos de animação e irá desenrolar-se no coração do Fundão, sendo que a prova jovem será na Avenida da Liberdade, enquanto a prova sénior, que terá cerca de dez quilómetros, atravessará o Fundão, passando pelas variantes, pela Rua dos Restauradores, pelo Bairro do Espírito Santo e culminando no centro. Para além do caráter desportivo, a prova irá também contar com um conjunto de ofertas aos participantes, uma t-shirt e um suplemento alimentar. Nesse sentido, quis deixar expresso um convite a todos aqueles que desejarem participar.

No dia 30 de novembro de 2023, pela meia-noite, depois da Arruada comemorativa do Dia da Restauração, serão ligadas as luzes de Natal, marcando o início das festividades da época natalícia, organizadas pelo Município do Fundão, com o objetivo de promover o comércio local, incentivando o consumo no comércio tradicional, com um vasto programa de atividades orientadas para os mais novos, desde ateliers, concertos, circo andante, a decorrer na Praça do Município, onde terá também lugar o Mercado de Natal com uma componente gastronómica mais temática do Natal, assim como, artesanato e produtos associados a esta época festiva. Uma iniciativa que será uma oportunidade para todos aqueles que desejam apoiar a economia tradicional durante este período festivo, dirigindo-se à Praça do Município. Informou ainda que, entre as atrações mencionadas haverá passeios a cavalo, o comboio de Natal, passeios de Tuk Tuk, concertos da Academia de Música e Dança do Fundão e da Fundação Inatel, bem como, uma feira do livro na Biblioteca Municipal Eugénio de Andrade. Um conjunto de atividades que irão estimular, não só o ambiente natalício como o concelho, bem como, criar uma dimensão mais imaginária para as crianças, através das árvores de Natal, do presépio, da casa do Pai Natal e de um carrossel, uma inovação no Fundão. Para além disso, informou que a própria decoração de Natal, terá uma maior dimensão através de photo points, com o intuito de promover a divulgação dessas atividades.

No dia 23 de dezembro de 2023 terá lugar, pelo segundo ano consecutivo, um mercado que que tem como propósito estimular e apoiar os feirantes que participam semanalmente nesta



ID

atividade no Fundão. O mercado semanal, que ocorre tradicionalmente todas as segundasfeiras, passará para o dia 26 de dezembro, terça feira.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta que se encontra a decorrer a XIX Edição do Concurso do Melhor Bolo-Rei do Fundão, que terá três categorias a concurso: o Bolo-Rei, o Bolo Rainha e o Bolo Inovação. Uma iniciativa que tem como objetivo preservar a tradição gastronómica do Fundão, estimular os pasteleiros e padeiros a valorizar os produtos endógenos da região, conservando as tradicionais receitas de Bolo-Rei, mantendo a sua qualidade e tipicidade, bem como, possibilitar a valorização de outros bolos tradicionais ou de base tradicional.

No dia 8 de dezembro de 2023, realizar-se-á o festival gastronómico "Fundão, Aqui Comese Bem", associado à tibórnia, onde grande parte dos restaurantes do Fundão participarão. O objetivo principal deste evento é impulsionar a gastronomia local, através do desenvolvimento de receitas mais ligadas ao azeite e às tibórnias, promovendo também a azeitona de mesa, um dos produtos que surge nesta época do ano na restauração.

Seguidamente, deu conta que concluíram o procedimento para a transformação da obra em frente à Praça Municipal, que irá acolher a expansão da zona de comercialização dos produtos hortofrutícolas. Um investimento no valor de noventa mil euros, tendo sido feita a adjudicação à empresa responsável pela obra, no entanto, devido às condições meteorológicas, a mesma ainda não se iniciou. Em relação a esse assunto, referiu que já se encontram concluídas todas as novas bancas de comercialização, estruturas que permitirão a realização das vendas em zona exterior, com as condições necessárias, sobretudo, de sombreamento, de acautelamento e proteção da chuva, para que esse mercado possa acontecer na zona exterior. Disse que se trata de uma obra fundamental, para colocar ao mesmo nível a plataforma onde irá decorrer essa comercialização, em frente aos talhos na zona ajardinada, onde posteriormente será construída uma rampa de acesso para permitir que todos esses produtos possam chegar a essa zona de comercialização. Acrescentou que a previsão do município é que, durante o período da primavera, essa nova zona de venda esteja operacional.

No dia 23 de dezembro de 2023, no Pavilhão Multiusos do Fundão, irá ter lugar a festa do *Remember* que contará com vários programas culturais, concertos e várias animações, uma iniciativa promovida por um conjunto de privados.

Por último, deu conta que no dia 31 de dezembro de 2023, também no Pavilhão Multiusos do Fundão, decorrerá a festa da passagem de ano que culminará com uma sessão de fogo-de-artifício na zona central da cidade.





Seguidamente, usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Pedro Neto. Começou por cumprimentar todos os presentes e deu conta que nos dias 17 e 18 de novembro de 2023 o Município do Fundão, em parceria com o IPC - Instituto Português de Criminologia e a APC -Associação Portuguesa de Criminologia, promoveu o "V Congresso Mundial de Criminologia", que teve lugar na Moagem - Cidade do Engenho e das Artes, no Fundão. Acrescentou que, durante a iniciativa, foram debatidas várias temáticas como a Criminologia em Portugal, a Violência no Desporto, a Violência Doméstica, a Delinquência Juvenil, o Terrorismo e a Criminalidade Organizada, as perícias médico-legais, o Tráfico de Seres Humanos, as Tecnologias ao Serviço dos Criminólogos, as Ciências Policiais e o Profiling Criminal, dois dias de debate e reflexão em torno de paradigmas e contornos atuais da realidade criminosa no nosso país. Informou ainda que foi criada numa das salas de entrada da Moagem, uma formação para análise de provas, destacando que o congresso, apesar de ter sido presencial, também foi transmitido online, tendo os serviços indicado que, em termos de audiência, em determinados momentos, contaram com aproximadamente três mil pessoas a assistir ao evento. Disse, ainda, que tal como foi anunciado no próprio evento, o próximo passo será diligenciar para que, no mais curto espaço de tempo, o Município do Fundão possa oferecer formações às forças de segurança, aos bombeiros e aos técnicos do município, que irão abranger temas como as medidas cautelares de polícia, as contraordenações, a cibercriminalidade, a busca e salvamento, a obtenção de provas e a investigação de incêndios. Nesse sentido, disse que na próxima semana irão iniciar a próxima ronda de contactos, encontrando-se na expectativa de que até ao final deste ano ou início do próximo possam dar início a esse conjunto de formações.

Prosseguindo, deu conta que no dia 21 de novembro de 2023, terminou o período de discussão pública do PRGP — Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Gardunha, Alvelos e Moradal, um processo que contou com uma participação muito ativa por parte do município, tendo decorrido várias reuniões articuladas com as Juntas de Freguesia, parceiros do município e com as Associações de Produtores Agrícolas e Florestais. Nesse sentido, disse que o município não se coibiu de fazer algumas alterações ao documento, começando pela própria matriz de transição e valorização previamente definida. Destacou a importância para o município, do novo desenho de paisagem, na defesa da floresta contra incêndios, enfatizando a necessidade de uma zona tampão da cumeada, desde a Freguesia de Alcongosta e do Souto da Casa, passando pela zona do Carvalhal, da Estação da Biodiversidade do Castelejo, apanhando a zona do Açor até à localidade de São Vicente da Beira, tendo sido esta uma das sugestões apresentadas pela Câmara Municipal do Fundão. No que diz respeito a áreas prioritárias, na componente da execução de faixas de gestão de combustível na rede primária e





complementar da PRGP, também foram apresentadas sugestões, sobretudo, nas áreas do Souto da Casa e de Castelo Novo, na ligação com São Vicente da Beira, com a Freguesia de Bogas de Cima, entre outras. Em relação ao eixo de reconversão de áreas localizadas nos pontos de abertura de incêndios, solicitaram mais pontos de acumulação de água à superfície, um indicador que estava previsto no próprio documento, soluções da própria natureza para contenção de águas, tendo neste contexto sido apresentadas sugestões para as freguesias de Alcongosta, Souto da Casa, Bogas de Cima, Lavacolhos, Silvares e Barroca. Para além disso, sugeriram também a reabilitação de açudes naturais e a regularização dos caudais dessas áreas respetivas. Disse, ainda, que numa perspetiva mais ligada à agricultura, nomeadamente, na componente da instalação de pastagens permanentes melhoradas, sugeriram um aumento de cinquenta por cento das áreas propostas, cerca de dois mil trezentos e sessenta e oito hectares. No que diz respeito à reconversão de áreas de mato para agricultura em modo de produção biológica, sugeriram um aumento em zonas específicas, sobretudo, nas Freguesias de Castelejo, Bogas de Cima, Enxabarda e Souto da Casa. Na componente que estava prevista no plano, intercropping nas entrelinhas de culturas permanentes, sugeriram que tipo de agricultura poderá ser praticada nessas áreas, em relação à gestão da água, uso eficiente de água, tendo o município entendido que este documento deveria prever as componentes de investimento, de recuperação de regadios tradicionais e de regadios de pequena dimensão, com o intuito de incrementar a produção agrícola diversificada, a agricultura biológica em regime de produção integrada, enaltecendo áreas das Freguesias de Alcongosta, Souto da Casa, Castelo Novo, Bogas de Cima, Castelejo, Barroca, Janeiro de Cima e Bogas de Baixo. Em relação ao eixo de valorização das Minas da Panasqueira, disse existir já uma componente turística prevista no próprio documento, com a qual o município concorda, tendo nesse sentido sugerido a criação de um centro logístico, de um parque de máquinas do pinhal e de um centro de formação agroflorestal, para gerir áreas com as dimensões propostas no PRGP, entendendo que seriam fundamentais um centro logístico e um conjunto de equipamentos que possam garantir a intervenção na área. Relativamente à área integrada de gestão de paisagem da Serra da Gardunha, disse que será entregue até dia 30 de novembro de 2023 ao ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ao Fundo Ambiental e à Direção Geral do Território, o relatório com a previsão das operações integradas de gestão de paisagem, acrescentando ser um trabalho que se encontram a desenvolver há vários meses, mantendo-se na expetativa que até ao final do ano ou início de 2024, possam ter já esse documento em discussão pública para que os proprietários possam exercer o seu direito de participação. No que concerne às ações e ao conteúdo do relatório que irá ser apresentado, encontra-se abrangida toda a componente do





projeto de paisagem futura. Nesse sentido, o município preparou as cartas de ocupação do solo atual, verificando na COS - Carta de Uso e Ocupação do Solo 2017 e 2019 se à data a ocupação do solo era a mesma e não sendo a mesma, foi necessário fazer algum trabalho de levantamento, fazendo também a sobreposição da nova carta de ocupação de solo. Definiu-se, ainda, a matriz de transformação de paisagem, fundamentando todas essas soluções nesse relatório, referindo que a partir desse momento começaram a criar as unidades de intervenção que irão apresentar. Disse, ter sido necessário, para além de definir cada uma das unidades, identificar cada uma das parcelas, qual é que é o modelo de exploração para os quatro mil hectares, seja florestal, seja agrícola. Neste modelo, foram ainda definidos todos os quadros de investimento para cada uma das ações propostas, bem como, um quadro global, seja para a intervenção no seu todo, seja para montantes para remuneração de serviços de ecossistemas, entre outros. No final de todo o processo definiram o modelo de organização da entidade gestora, o modelo de acesso aos financiamentos por parte de todos os intervenientes, a contratualização dos compromissos e também, qual o modelo de intervenção. Um trabalho que afirmou ter sido bastante extenso, no entanto contam que com a apresentação, num espaço de curto tempo, possam entrar em discussão pública.

Por último, disse estarem a preparar, até final do mês em curso, uma candidatura ao Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos, Acessibilidades 360°, onde têm a previsão de fazer um conjunto de intervenções em espaços e edifícios públicos, sendo o primeiro no edifício da Câmara Municipal do Fundão, com a instalação de um elevador no exterior com acesso aos pisos superiores, no Gabinete de Planeamento, Ordenamento e Qualidade de Vida, tendo como proposta a instalação de uma plataforma elevatória, na Casa Eugénio de Andrade, estando ainda previsto a instalação de um ascensor, na área pública entre a Junta de Freguesia do Fundão e Câmara Municipal do Fundão, de forma a possibilitar o acesso da Junta à Câmara Municipal e à atual Praça de Táxis, com a construção de uma rampa com uma inclinação regulamentar e com início junto às escadas existentes. No edifício da Divisão de Gestão Urbanística irá ser feita a adaptação das instalações sanitárias a indivíduos com mobilidade condicionada e considerada a possibilidade de instalação de um elevador pelo interior do edifício. No que diz respeito ao edifício do Casino Fundanense está prevista a construção de uma rampa de acesso ao mesmo.

Neste momento, usou da palavra o Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes, para expressar que o Festival dos Míscaros foi de facto algo extraordinário, que tem vindo a crescer de ano para ano. No entanto, a seu ver, a questão do estacionamento é um problema que se tem sentido nas últimas edições, algo que não é uma novidade, sendo até expectável o seu agravamento. Disse que a solução não passa apenas por promover uma nova circulação,





sugerindo que o executivo encontre uma solução razoável que passe pela disponibilização de estacionamentos. Recordou uma intervenção feita pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista há cerca de dois anos, a propósito das compensações urbanísticas ao município, quando se trata de operações urbanísticas, realçando que a sugestão do Partido Socialista foi que, sempre que existisse uma compensação, esta deveria ser investida na criação de estacionamentos nos locais. Disse recordar-se que quando tiveram esse pequeno debate, este estava relacionado com uma situação no Alcaide, tendo o tempo dado razão aos Senhores Vereadores do Partido Socialista e a solução não foi encontrada. No entanto, receberam o dinheiro, receberam a compensação e "assobiaram para o lado", encontrando-se todos neste momento a aplaudir e a seu ver, ainda bem, uma vez que o evento foi extraordinário, contudo, não se encontram a oferecer a qualidade que o evento merecia.

Em resposta o Senhor Presidente, disse não se recordar com a mesma precisão do Senhor Vereador, no que diz respeito à proposta que possa ter sido feita, no entanto, disse estarem a falar eventualmente de algo que na altura era o possível, mas a seu ver o problema não se coloca tanto naquilo que referenciou no dia a dia do Alcaide, mas em algo que já referiu várias vezes, a questão dos *transfers* neste tipo de eventos, algo importante e no qual o executivo se encontra a refletir no seguimento do evento, uma vez que, se o evento continuar neste padrão de elevada adesão por parte da população, este só poderá ser solucionado com *transfers*, criando mais parques nas imediações, aumentando os pontos de estacionamento nos arredores do Alcaide, fazendo *transfers* desses locais ou mesmo da própria cidade do Fundão para o centro da aldeia do Alcaide e vice-versa, de forma a resolverem uma situação desta magnitude.

Neste momento, usou novamente da palavra o Professor Sérgio Mendes, para referir que uma das propostas era criar um espaço, que poderia funcionar como um parque de autocaravanas durante o ano inteiro e durante aquele período, funcionar apenas como parque de estacionamento para o festival, uma forma de promover também o turismo durante o ano naquela zona.

Após a intervenção do Senhor Vereador, o Senhor Presidente acrescentou que o Município do Fundão possui um ponto de caravanismo no Parque de Campismo da Gardunha, no entanto, disse ser uma questão que se pode abordar, no sentido de criar outros pontos de caravanismo. No entanto, acrescentou não ser possível resolver uma situação como esta, apenas com um parque, realçando que a situação transborda a rua e, nesse sentido, teria de ser um parque com uma vasta dimensão. Disse que é importante nunca esquecer que se trata de uma zona protegida da Serra da Gardunha, uma zona de regadio, pomares, todo um conjunto de condicionantes à volta do Alcaide. Por último, reforçou a ideia daquilo que poderá ser uma rede de *transfers* e de





parqueamento, por questões de segurança e melhoramento de mobilidade, sobretudo, para aqueles que não são do Fundão.

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Documentos Previsionais para o ano 2024

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 23 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"De acordo com o estabelecido no art.º 33.º n.º 1 alínea c) e art.º 25.º n.º 1 alínea a), do Anexo I da Lei n.º 75/2013 (Regime Jurídico das Autarquias Locais-RJAL), de 12 de setembro, na sua atual redação, e em cumprimento do disposto no art.º 45 n.º 1 da Lei n.º 73/2013 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI), de 03 de setembro, na sua atual redação, submete-se à Câmara Municipal e posteriormente à Assembleia Municipal a proposta de: • Orçamento Municipal para o ano 2024 e respetivas normas de execução do Orçamento Municipal, e documentos anexos. • Mapa de Pessoal para o ano 2024. • Contratação de Empréstimo de Curto Prazo ou Conta Caucionada até ao montante de 2.000.000,00 para o ano 2024."

A Câmara Municipal do Fundão em reunião pública, realizada no dia 27 de novembro de 2023, tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, com três votos a favor e uma abstenção, aprovar os Documentos Previsionais para o ano 2024.

Absteve-se a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Não foram apresentadas declarações de voto.

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente referiu que iria fazer uma breve apresentação, sendo que até ao dia 7 de dezembro estariam disponíveis para receber contributos e que, após a respetiva avaliação, decidiriam se são ou não compatíveis com aquilo que é a proposta técnica. Disse que este assunto irá voltar à reunião de câmara do dia 15 de dezembro para votação da versão final e posterior envio à Assembleia Municipal, cuja sessão terá lugar no dia 21 de dezembro. Sublinhou que é uma obrigação formal remeter o documento para a Assembleia Municipal até ao dia 30 de novembro, daí a utilização desta abordagem nos últimos anos, que permite a apresentação e discussão de propostas, dando sempre abertura para a eventual aceitação das mesmas. Este ano, com um Orçamento de Estado um pouco especial, uma vez que não se sabe ao certo qual o documento final que irá ser aprovado daqui a dois dias e que, até ao último minuto, poderão existir questões e emendas que podem ter grandes implicações naquilo que são as despesas ou as receitas do município. Disse que há cerca de dois dias se começou a falar que, para além dos aumentos previstos, já de alguma dimensão para a





função pública, até com escalões diferentes, vai também haver um aumento para os técnicos superiores, em relação àquele que estava inicialmente previsto. No que se refere aos documentos previsionais do município hoje aqui apresentados, esta questão ainda não tem cabimento, uma vez que não estava prevista aquando da conclusão dos mesmos. Ainda sobre o Orçamento de Estado, disse acreditar que até quarta-feira ainda vão ser surpreendidos, de um modo geral pela positiva, mas que na perspetiva da despesa, isso por vezes pode criar constrangimentos, sobretudo, quando a despesa é paga especificamente, só pelo orçamento dos municípios. Ainda no que diz respeito aos documentos previsionais do município, disse que também do ponto de vista fiscal, logo na primeira versão que vem a reunião de câmara, trazem as questões dos impostos do próximo ano, desta vez tal não aconteceu, uma vez que poderão verificar-se algumas alterações sobre essa matéria, nomeadamente, dos municípios, o que geralmente acontece. Nestes casos, sabem que o Estado gosta de dar isenções, quando os impostos não são uma receita sua, sendo geralmente os dos municípios. Não quer dizer que tal vá acontecer, mas não é normal haver cerca de dois mil pedidos de emenda ao Orçamento de Estado, o que acaba por não ser algo positivo em termos desta estabilidade, sobretudo, para os municípios, que têm de entregar os seus orçamentos nas assembleias até ao dia 30 de novembro. Sublinhou que é possível que orçamento municipal para 2024 ainda possa vir a sofrer algumas alterações, devido a esta situação, que vai para além de todas as forças partidárias, vereadores e forças vivas da nossa terra que possam querer fazer contrapropostas.

Referindo-se aos números gerais do orçamento municipal, deixou alguns apontamentos que considera especialmente enfáticos, em termos das suas apostas. Em primeiro lugar, apresentou um orçamento de 48 milhões e 866 mil euros, um dos maiores orçamentos dos últimos anos, dado que desde 2011 não tinham um orçamento desta envergadura. Sendo este, certamente, o maior orçamento da última década, que tem na sua distribuição cerca de 28 milhões e 400 mil euros para despesas consideradas de âmbito corrente, e 20 milhões 450 mil para despesas de capital. Olhando para estes dois grandes agregadores, percebemos imediatamente que ambos aumentaram, quer nas despesas correntes, quer nas despesas de capital, mas há um aumento maior das despesas de capital e é aqui que está o principal motivo de passarem de um orçamento de 39 milhões e 400 mil euros, no ano passado, para um orçamento previsto de cerca de 10 milhões acima. Poderá, ainda, haver questões de final de ano que levem à alteração destes números, mas dificilmente terão um orçamento inferior a 44 milhões de euros no ano de 2023. Isto significa que, em termos reais, o aumento do orçamento do ano passado para este, poderá ser de aproximadamente 5 milhões, mas em termos do que foi o orçamento apresentado no ano





passado para o atual, o aumento é de 10 milhões de euros. Formalmente é o valor que pode para já referenciar.

Prosseguindo, referiu-se ao capítulo do investimento, que em grande parte levou à alteração de padrão de um orçamento de 39 milhões para 48 milhões de euros. Neste âmbito, o grande agregador é, de longe, a habitação, ou seja, este é um orçamento onde a componente da habitação, no que toca ao investimento, vale cerca de 50%. No seu entender, poderão ter uma execução nunca inferior a cerca de 8 milhões de euros na área da habitação, podendo chegar até a um valor superior ao orçamentado, e ir a um máximo de 15 milhões de euros no próximo ano, mas o que colocaram foi o valor que consideraram mais razoável entre o que está definido e por definir, cerca de 7 milhões de euros. Assim sendo, do valor de capital de investimento, cerca de metade é para o capítulo da habitação, o que é bem revelador da aposta do município, não sendo algo surpreendente, uma vez que nos dois últimos orçamentos foram referindo esta questão como uma grande prioridade. Deu conta que das três vertentes de habitação que têm, as Rendas Acessíveis, o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e também, o BNAUT -Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, é nas Rendas Acessíveis que consideram que o investimento será tendencialmente maior, mesmo sabendo que em janeiro irão lançar o primeiro grande concurso, entre 18 e 19 milhões de euros de investimento para construir, de raiz, cerca de 130 fogos na cidade, em que o IHRU será o promotor e o Município do Fundão o executor desse investimento, e que inclusivamente já foi aprovada em reunião de câmara e sessão da assembleia municipal, a minuta do contrato interadministrativo. Reiterou que o concurso será lançado em janeiro, o que significa que a obra terá início o mais tardar em junho. De acordo com o contrato interadministrativo, o executor da obra é o município, o IHRU é pagador, a câmara envia os autos, faz a fiscalização e o IHRU vai pagando de acordo com os autos, sendo que o município não tem aqui qualquer custo, uma vez que o apoio, neste caso, é de 100% relativamente à despesa. Referiu, ainda, que no final da obra, haverá um processo de cogestão destas habitações, entre a câmara e o IHRU, sendo que o IHRU é o titular e, por isso, a entidade coordenadora desse processo. Disse que, mesmo com a previsão de criar 300 fogos com este programa, 130 agora e os restantes na segunda fase que irão lançar no próximo ano, quase de certeza que as condições de mercado e a chegada de pessoas à cidade do Fundão, leva a que a pressão continue e que haja mais procura do que oferta. Neste âmbito, informou que um T2 com renda acessível na tabela do IHRU para a nossa região, deverá rondar os 400 euros, não muito distante dos valores da renda de mercado, mesmo havendo atualmente valores acima desse montante. No entanto, considerou que, pensando nos próximos três anos, este valor mantendo-se próximo dos 400 euros é um valor muito interessante perante as tendências





nacionais ligadas à habitação, quer regional, quer local. Relativamente aos critérios que serão adotados, ao dia de hoje ainda não estão definidos, mas é muito provável que haja mais pessoas a preencher esses critérios do que casas disponíveis, o que implica a necessidade de criar um modelo transparente, como por exemplo o sorteio, perante a procura existente, uma vez que neste padrão de necessidades entra, basicamente, a classe média.

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se ao 1.º Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, informando que já começaram formalmente as primeiras intervenções, em termos de execução de edifícios. Os primeiros três conjuntos de edifícios são na Rua da Quintã e já se encontram numa fase avançada de execução, sendo que até ao final de dezembro vão receber os projetos de execução do concurso público que lançaram, para dezenas de projetos de recuperação de casas. Em termos de concurso, ainda não decidiram se vão lançar diversos concursos ou concursos com vários lotes, dependendo dos valores provenientes dos projetos de execução de arquitetura e de especialidades. Sublinhou que o 1.º Direito, em obra, será talvez o que terá maior execução no próximo ano, a seguir às rendas acessíveis, seguido do BNAUT que tem já uma mistura entre obras de recuperação e aquilo a que se chamam de "casas prontas".

Relativamente às obras que estão em curso e que irão transitar para o próximo ano, realçou algumas que estão no próximo orçamento. Talvez a mais importante e que tem um valor superior em termos de transferência para o 2030, seja o Cineteatro. Informou que até ao final do ano, estarão próximos dos 3 milhões de euros de execução, relativamente a diferentes itens associados à operação cineteatro e propõem, para o próximo ano, cerca de 1 milhão e meio de euros para obras de construção civil e cerca de 500 mil euros, para aquilo que são componentes de equipamentos, em termos da sua instalação. É basicamente um dos grandes itens que fica para o próximo ano, o que significa cerca de 9 a 12 meses de intervenção ainda associados ao Cineteatro.

Continuando, referiu-se a outra grande obra, o CAET — Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas, junto ao Pavilhão Multiusos. Irá transitar com cerca de 1 milhão de euros, sendo que neste caso, em termos de obra, embora ainda tenham os autos de novembro e dezembro, mas não devem transitar com mais de 300 mil euros, ou seja, recordando que se trata de uma intervenção de cerca de 4 milhões de euros, estão muito próximos da conclusão dessa intervenção. No entanto, no final desta obra, a revisão de preços vai ter muito peso, por isso, esta componente passou para o ano seguinte, entrando também em termos formais, no 2030, uma vez que relativamente àquela tipologia de intervenção, a revisão de preços não era para já elegível. Contudo, no âmbito do 2030 é elegível e, como tal, fizeram essa transferência também



Id

em termos de execução, exatamente para poderem ter mais probabilidade de ela vir a ser financiada. No caso do Cineteatro, não só a revisão de preços é elegível, como também os trabalhos complementares o passaram a ser, o que em obras, sobretudo, de reabilitação, é sempre bem-vindo.

Deu conta de outra intervenção de alguma dimensão, a criação do novo espaço de balneários do Estádio Municipal, em que cerca de 250 mil euros passarão para o próximo ano, bem como algum valor remanescente, daquilo que é a intervenção da Medicina Nuclear que ,em princípio, até final do ano, se passarem 100 mil euros será muito. Há depois outras pequenas intervenções, mais ligadas a várias requalificações, nomeadamente de espaços públicos, uma junto ao mercado, outra no Espírito Santo, bem como pequenas intervenções nos espaços infantis, que foram lançadas, onde há valores remanescentes, com pouca relevância do ponto de vista financeiro.

Prosseguindo, referiu-se às intervenções que vão "cair" totalmente no ano de 2024, em termos de execução financeira e que são muitíssimo importantes. Relativamente à requalificação de estradas, têm 1 milhão e meio de euros para executar em 2024, de facto, são intervenções que já estão adjudicadas, algumas até consignadas. Disse que toda a intervenção de fundo, entre requalificações e empreitadas de maior dimensão adjudicadas, vão desenvolver-se, executar-se e concretizar-se no ano de 2024. Quanto às obras no quartel da GNR do Fundão informou que deverão ser adjudicadas até ao final de janeiro e que, neste momento, estão na fase de receber propostas. Quanto à requalificação das sedes do Centro Escolar da Gardunha e Xisto, disse estarem em condições de lançar o concurso e aguardam apenas a aprovação formal no PRR. As candidaturas foram passadas para o PRR, sendo que ainda se prevê um valor de execução de cerca de 900 mil euros, relativamente à Escola Serra da Gardunha.

O Senhor Presidente referiu ainda outra questão importante, relativamente ao programa de eficiência energética, dizendo que relativamente ao autoconsumo, este ano estiveram para lançar o concurso por diversas vezes, mas foram informados que haveria financiamento a fundo perdido, no âmbito do 2030, para a componente de eficiência energética e também da componente fotovoltaica e, obviamente, colocaram também na relação do 2030, a do autoconsumo. Acrescentou que não estava a contar com qualquer financiamento a fundo perdido, porque geralmente no que se refere à energia fotovoltaica, o ganho é uma poupança que permite um investimento.

Relativamente à questão da Unidade de Saúde Familiar, disse que esta unidade conta com cerca de 900 mil euros de investimento, estando tudo preparado para ser lançado o concurso público que também passou para o PRR, sendo que estão a aguardar que seja aprovada. Foi feita



IL

a reabilitação do Piso Zero do hospital para o funcionamento da Medicina Nuclear, e a medicina familiar ocupará o Piso 1. Manifestou a sua preocupação relativamente ao papel dos municípios agora com as ULS's, a partir de janeiro, ou seja, se o contrato de delegação de competências que assinaram há cerca de 8 meses se mantém. Estão ansiosos para saber quem será nomeado para a administração da ULS, tendo em conta que o Senhor Ministro referiu que vai haver essa nomeação a partir do CEO do SNS. Desejou, desde já, as maiores felicidades a todos os que venham a ser nomeados, porque o assunto da saúde é cada vez mais complexo. Ainda sobre esta matéria, deu conta que ainda não tiveram confirmação oficial se algum médico concorreu ao concurso que saiu ontem, disse crer que sim, no entanto, ainda aguarda confirmação do ACES. Referiu que estão com muita expetativa neste concurso, nomeadamente para resolver as carências, sobretudo na zona do Pinhal, e que de facto seria muito importante haver médicos que concorressem com essa vontade e disponibilidade.

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente deu ainda conta do concurso público relacionado com a segunda fase de reabilitação do Seminário – Centro de Acolhimento dos Migrantes, no âmbito do FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, 710 mil euros, que também transita em termos de investimento, para o próximo ano.

Realçou, ainda, a intervenção talvez mais volumosa que têm no 2030, a expansão da nova Zona Industrial do Fundão. Como é do conhecimento de todos, no âmbito do PDM, foram incluídos na ZIF quase 200 hectares em termos de expansão na zona industrial. Como tal, aqui está pensado, sobretudo, em verbas para componentes de projeto, de estudos que se associem àquilo que será depois o lançamento do concurso. Também no que se refere à cidade, na componente do 2030, há aspetos importantes, nomeadamente associados à mobilidade. Deixaram em aberto duas possibilidades associadas àquilo que é a Central Intermodal, nomeadamente, a intervenção que não está concluída da Avenida da Liberdade e a criação do novo silo para a cidade, junto à Escola Secundária, com uma alteração em termos de projeto que tinham pensado, exatamente, ao lado do edifício Acrópole. Nessa zona, criar um silo de vários andares que reforce a possibilidade de estacionamento no centro da cidade, e uma vez vai haver mais habitação, esse local acaba por ser especialmente nevrálgico, não só pela localização junto à escola, mas também junto à avenida, às áreas de serviço, muito próximo da zona de "quarteirão" onde vivem mais pessoas, que é o Sítio do Vale. Este é um dos investimentos também relevantes para os próximos anos, porque é uma zona especialmente crítica em termos de estacionamento, e permitirá também dar apoio a outros edifícios, nomeadamente à Praça e ao Pavilhão Municipal.



Id

Disse, ainda, que parte dos recursos, em termos de reabilitação de edificios, serão canalizados para a recuperação da Estalagem da Neve, nomeadamente do seu restaurante, mas também para criar espaços de atração de empresas mais ligadas à componente de inovação, mantendo o traçado e reabilitando patrimonialmente aquele edificio e o espaço circundante.

Relativamente aos espaços verdes referiu que têm as questões ligadas ao processo de conclusão da expansão do Parque do Sítio do Vale, da Mata Municipal e do Parque do Convento, que são abordagens importantes em termos de crescimento de espaços verdes e áreas de lazer que lhe possam estar conectadas. Disse, ainda, que o parque desportivo das piscinas, também está sinalizado, sendo que aumentaram aquela área no âmbito do PDM, assim como a zona das piscinas descobertas, porque de facto, há questões que precisam ser resolvidas ou melhoradas, dada a importância destes equipamentos.

Continuando a sua intervenção referiu que no âmbito do PRGP decorreu o período de discussão pública, foram feitas contrapropostas e auscultadas as entidades. O plano divide-se entre a zona do Fundão, da Gardunha-Fundão e do Pinhal-Fundão e da zona Gardunha-Castelo Branco e também, uma parte da zona do pinhal de Castelo Branco, sendo que o montante proposto pela DGT – Direção-Geral do Território, ronda os 80 milhões de euros. Se no âmbito do PRR, estes valores tiverem de facto cobertura, será uma das maiores oportunidades da história recente do município, de fazerem algo totalmente diferente em termos daquilo que é a paisagem natural da Serra da Gardunha. Disse que grande parte dos recursos estão direcionados para a reconversão da paisagem, ou seja, áreas florestais que se possam converter em áreas agrícolas ou de pastagem, áreas florestais de uma determinada espécie para outras espécies, nomeadamente, para folhosas, áreas que se possam transformar em zonas de incultos para áreas de produção, uma vez que temos muitas zonas de mato. Estas questões constam do plano, no entanto, têm de verificar como é que se enquadram relativamente ao programa.

No âmbito da componente social, informou que também têm investimentos relacionados com as extensões de saúde. Realçou o investimento na área da habitação, nomeadamente o plano de regeneração da Rua da Quintã, bem como, as intervenções no Largo da Estação.

Relativamente à construção do novo quartel dos bombeiros foi sinalizado com um apoio do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, de 1 milhão e 211 mil euros, sabendo-se que, provavelmente, o valor do investimento irá ser muito superior, contudo, sinalizaram essa obra para depois na execução das verbas, eventualmente, por haver outras questões que se venham a colocar.



IL

Relativamente à componente da inovação, da sustentabilidade e das tecnologias, estas são áreas muito centrais naquilo que são os investimentos elegíveis no âmbito do 2030, assim como, as diversas intervenções nos espaços públicos.

Prosseguindo, referiu que este é um orçamento que "fecha" os investimentos do 2020, mesmo que algumas questões passem para o 2030, mas também é um orçamento que lança um ciclo de investimentos, em que quase todos os que foram referidos, são investimentos que vão para além deste mandato, que podem ser incluídos no 2030, tendo em conta aquilo que será o próximo quadro comunitário. Considera muito importante a reflexão e leitura deste orçamento municipal, e até possíveis correções relativamente àquilo que aqui se propõe.

No que diz respeito às despesas correntes, nomeadamente de pessoal informou que há um aumento comparativamente ao orçamento do ano passado, sendo que o aumento do ordenado mínimo terá impacto na despesa, nomeadamente, se se vier a concretizar a questão do aumento para a categoria dos técnicos superiores, como tem vindo a ser anunciado nos últimos dias. Informou que as despesas de pessoal rondam os 12 milhões de euros, onde está incluído todo o espectro da delegação de competências, também com a saúde. Nesse seguimento, disse que em março deste ano fizeram a respetiva contratualização desta delegação de competências e que relativamente ao próximo ano não têm conhecimento se poderão ocorrer alterações, uma vez que se a ULS voltar a ter o pagamento e a gestão total de pessoal na área da saúde, nomeadamente, do Centro de Saúde e extensões de saúde, nesse caso, poderá haver uma correção em baixa das despesas de pessoal.

Quanto à aquisição dos serviços há questões preocupantes, como é o caso da questão dos resíduos. Reportando-se à intervenção do Senhor Vice-presidente, relativamente aos resíduos orgânicos que, obviamente se traduz em mais um reforço da despesa, disse que estão a aguardar a decisão do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente ao processo de concurso público em curso. Se o Supremo Tribunal Administrativo acabar por dar razão ao município, significaria automaticamente, um aumento, dado que o valor de concurso é superior aos valores que estão a pagar atualmente. As questões principais são ao nível do aumento do depósito, assim como da taxa de resíduos, sendo que há cerca de 3 anos tinham um valor agregado das duas dimensões que já incluía a taxa, de cerca de 800 mil euros, não chegando aos 500 mil euros o depósito e cerca de 300 mil euros a recolha dos resíduos. Neste momento, no que se refere ao depósito deve estar bem acima dos 700 mil euros e a recolha acima dos 600 mil. Está-se a falar de cerca de 1 milhão e 400 mil euros, ou seja, duplicaram quase em três anos o custo relativamente aos resíduos, sendo que uma parte diz respeito à TGR – Taxa de Gestão de Resíduos, que passou de 11 euros a tonelada, para cerca de 30 euros, ou seja, triplicou.





No que concerne à parte elétrica, disse que há boas notícias, uma vez que ainda se encontram ao abrigo do concurso elaborado em conjunto com o Município da Covilhã e Penamacor, com preços de há cerca de dois anos e meio, prevalecendo ainda este ano. Acrescentou que na próxima Assembleia Municipal, o município irá dar conta de quais foram as poupanças, em termos energéticos e as poupanças em termos financeiros do projeto de substituição da iluminação pública tradicional por tecnologia LED, integrada no PNAEE - Plano Nacional de Ação e Eficiência Energética. Informou que as contas associadas à eletricidade, são bastante diferentes comparativamente aos valores anteriores, realçando que do ponto de vista ambiental e do ponto de vista financeiro, a redução situa-se acima dos 15% colocados como limiar mínimo de redução, em termos de concurso, tendo em conta o pagamento do investimento associado à alteração para a iluminação por LED's. Realçando tratar-se do resultado líquido dessa operação, que não sofreu os impactos da taxa de inflação. o que significa que a projeção para o próximo ano, tem um valor, em média, na casa dos 5,5%, em termos de atualização de preços, porque era o valor que estava referenciado no Orçamento de Estado para o próximo ano. Por isso, há muitos itens que atualizaram em 5,5% e outros, como é o caso dos resíduos, onde tinham valores objetivos e nesse sentido, fizeram uma atualização já em contexto real, os outros mais genéricos, combustíveis, aquisição de materiais, questões que têm peso, mas que são mais genéricas, usaram a taxa de inflação que estava prevista para o Orçamento de Estado de 2024.

O último aspeto está relacionado com as transferências de capital do município. Em relação, às juntas de freguesia foi previsto um aumento das transferências de 7,5% e também, fizeram algum aumento em verbas, em termos de transferências de capital associadas a possíveis contratos interadministrativos, sempre e quando esses contratos interadministrativos, se prendam entre o município e as juntas de freguesia, com partilha de valores orçamentais, e tenham como prioridade absoluta as intervenções de requalificação e manutenção.

O município tinha um valor definido, contudo, após a reunião de negociação que houve com as juntas, esse montante foi aumentado em cerca de 300 mil euros, colocando essa condição, sendo que aquilo que todos pretendem, a câmara e as juntas, é que se possam envolver cada vez mais, naquilo que é manutenção do espaço das vias públicas, dos caminhos e é nessa abordagem que se colocam nesse processo, sendo que apenas em situações muito bem fundamentadas é que irão aumentar áreas ou tipologias de intervenção que não estejam já qualificadas, mas que precisem de requalificação.

Prosseguindo, disse ter feito uma apresentação um pouco mais exaustiva, do que geralmente faz nesta fase do orçamento, até porque é relevante fazer essa ponte com o programa



ID

2030, sendo que se trata de algo que irão discutir nas próximas reuniões de câmara e sessões da Assembleia Municipal. Considera que se trata de um processo importante para aquilo que são os investimentos para o futuro, sendo necessário que todos possam estar envolvidos, relativamente àquilo que possam vir a ser as prioridades do município. Todos os projetos do 2030, terão sempre uma probabilidade maior de vir a ser executados, porque podem ter financiamento, e se as taxas se mantiverem, nunca inferiores a 8,5% a fundo perdido.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento. Cumprimentou todos os presentes e começou por referir que, em relação a este ponto, os Senhores Vereadores do Partido Socialista concordam em vários aspetos, nomeadamente, quando é dito que este orçamento é um fecho de mandatos, neste caso de 2017 a 2021, mas também um início de um fechar de mandato, deste que o executivo se encontra a exercer, 2021 a 2025.

Acrescentou ser natural que as grandes obras apresentadas no documento, sejam o reflexo exatamente do que o Senhor Presidente acabou de referir e com o qual concordam. Lancando todos os documentos que estão associados ao orçamento, nomeadamente, os planos plurianuais, um olhar para o futuro, algo que importa uma responsabilidade acrescida para o executivo presente, mas que poderá não estar no futuro, no entanto, onde o concelho do Fundão estará com certeza. Disse ser um posicionamento importante para o Fundão, e para o posicionamento do Fundão a nível regional ainda mais, referiu estarem de acordo em relação a esse olhar naquilo que é o programa 2030, o PRR e aquilo que se projeta para os desafios das alterações climáticas e tudo o que vai sendo particularmente apontado, naquilo que são esses desígnios. Acrescentando, que os Senhores Vereadores do Partido Socialista não discordam daquilo que são as grandes obras e a grande fatia respeitante ao montante do investimento previsto. Disse ainda não crer que alguém seja capaz de dizer que os Vereadores do Partido Socialista, sejam contra as obras que foram aqui apresentadas, além disso, a grande fatia, como foi referido pelo Senhor Presidente, da estratégia local de habitação é, a seu ver, unânime para todos, realçando que ainda bem que está ali projetada, assim como, a conclusão das grandes obras a que os vereadores também, nunca se opuseram, sempre contribuíram e deram o seu apoio à sua criação, como o Cineteatro Gardunha e a ampliação do espaço empresa. Contudo, nas grandes opções do plano e no plano plurianual de investimentos, gostariam que nas grandes obras, estivesse prevista a central de camionagem.

Nesse âmbito, referiu que o Fundão que tem um festival como o evento dos Míscaros, aproveitando para saudar a organização, todos os seus patrocinadores e, essencialmente, a comunidade que se envolve nesse festival. Contudo disse não poderem dizer que se projetam, que se envolvem, que trazem muitos visitantes ao Fundão, que têm as unidades hoteleiras





preenchidas, que acrescentam valor, e o Fundão não ter, neste momento, uma central de camionagem condigna, por exemplo, com esse mote que foi trazido e acrescentado pelo Festival dos Míscaros. Prosseguindo, disse que isso é um ponto que gostariam de ver ali refletido e que devia ser uma obra, que não conseguiram concluir em 2017 e em 2021, que neste momento se refletisse para uma conclusão em 2024. Nessa sequência, disse que não foram os Vereadores do Partido Socialista que assumiram que o projeto já existia, foi o município que o fez e, portanto, era bom que arrepiassem caminho nesse sentido.

Seguidamente, disse existir um ponto onde perceberam ter havido um aumento das transferências às juntas de freguesia, realçando que o Senhor Presidente falou em 7,5%, no entanto tinha ficado com a ideia que se situava nos 5,5%. Prosseguindo disse que percebeu que houve aí uma alteração, ou então errou nas contas, disse estar a falar da delegação de competências e não na transferência de capital, e o que o executivo transferiu para as juntas são as novas competências, uma transferência no âmbito daquilo que são objetivos de desenvolvimento sustentável. Realçando que o que o executivo disse, nesse documento, é que o "Município do Fundão se compromete a elaborar um planeamento inclusivo, fundamentado em evidências, fortalecer o papel das instituições locais para alcançar esses mesmos objetivos e privilegiar investimentos e iniciativas que acelerem a sua concretização", assegurando que nenhum indivíduo seja deixado para trás.

Frase que consta do relatório e a seu ver muitíssimo interessante, porque envolve todos. Acrescentou ser ainda possível fazer uma alteração nesse sentido, dizendo que o Senhor Presidente está disponível para que haja essa proposta e essa ponderação, em relação a estes montantes para as juntas de freguesia, nós aqui neste momento, como compromisso de futuro, consigamos envolver as juntas de freguesia atribuindo-lhes mais financiamentos, mais apoios, nomeadamente, para alcançar esses objetivos. Disse ser essa a proposta dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, aumentar em 10% o valor, em relação ao ponto "objetivos de desenvolvimento sustentável" que está no orçamento como sendo e fixado em 120 mil euros, porém que houvesse um aumento para as juntas de freguesia nessa ordem, e nesse ponto em concreto, até porque grande parte do relatório apresentado, fala muito desse objetivo, diz que o executivo não deve deixar ninguém para trás, no entanto parece-lhe que o executivo está a deixar as juntas de freguesia para trás, nessa que é a concretização dos "objetivos de desenvolvimento sustentável".

Neste momento, ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Perante as questões levantas pela Senhora Vereadora, usou novamente da palavra o Senhor Presidente. Relativamente ao apoio dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, disse estar





agradecido e valoriza esse alinhamento num orçamento, que tem nos seus aspetos centrais, o mote de uma estratégia de desenvolvimento para o concelho.

No que se refere à questão da mobilidade, disse que o município teve dúvidas ao longo destes últimos anos, sobre o que é que seria mais interessante, em termos de localização da estação intermodal. Acrescentou terem um projeto feito para a estação, sugerindo voltar a apresentá-lo em reunião de câmara e apresentar no âmbito da operação REFER — Rede Ferroviária Nacional, o primeiro projeto da central intermodal, as correções e uma atualização em baixa do investimento que o município fez aquando do aparecimento do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. Recordou que no âmbito do PEDU não conseguiram colocar-se logo na primeira fase, ficando sinalizado na segunda fase do PEDU, no entanto a segunda fase para os municípios não chegou a aparecer, uma vez que todos ficaram na primeira fase, em termos de execução, um quadro comunitário marcado por tragédias enormes, pela pandemia, por problemas logísticos na construção civil, sendo que o ritmo de execução acabou por não ser igual a outros quadros comunitário.

Prosseguindo disse ter havido um processo negocial, que não chegou a bom termo, apesar do município em sede de PDM, ter localizado e ter dito, explicitamente, que atualmente o edifício da Auto Transportes deve manter-se como equipamento. Referindo que, no âmbito de um projeto entre a recuperação da Avenida da Liberdade, Auto Transportes, ligação à estação, a intermodalidade do concelho, fica tão próxima que perdendo alguma mobilidade, pelo facto de continuar a ter autocarros a entrar dentro da cidade, aquilo que se perde desse ponto de vista, ganha-se em grande proximidade ao cidadão, porque têm a linha de caminho de ferro, uma possível central de transportes, mesmo encostada e com isso, poderem ter parte da resposta.

Nessa sequência, disse que a negociação já teve duas rondas mais formais, no entanto não chegaram a nenhum acordo, e o que fizeram com o novo PDM foi manter intactas as duas hipóteses, uma no sítio onde foi planeada a central intermodal, ao lado da estação, e do ponto de vista da regeneração urbana, no âmbito do eixo da recuperação da avenida, a possibilidade de terem um acordo com os atuais proprietários da Auto Transportes, isso não aconteceu, o que levou novamente no âmbito do 2030, a uma intervenção feita de raiz, um indicador que aponta para o que deve ser eventualmente o caminho, reiterou que em sede de PDM localizaram e colocaram o "retângulo" bem expressivo, sobre o edifício da Auto Transportes como equipamento, com a expetativa de conseguirem que essa questão se ultrapasse.

Por último disse terem duas hipóteses em aberto, sobre as quais a seu ver devem tomar decisões o mais rapidamente possível.







Em relação à questão das Juntas de Freguesia, disse haver um pequeno erro. Nesse sentido, disse que fizeram uma reunião com as juntas, e acertaram um valor de aumento total, aplicado à totalidade do valor de 7,5%. Disse não ter sido apenas o valor dos cerca de 100 mil euros ligados às ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um complemento dessas transferências, associado à questão da execução das ODS, realçando que os 7,5% se aplicam à totalidade.

Disse ainda que a seu ver aplicar 7,5% à totalidade, ou só aplicar agora um reforço de 10% a cerca de um sexto, uma proposta capaz de ser mais ou menos igual, se não até um bocadinho superior, aquela que referiu a Senhora Vereadora, que veio com 5,5% de aumento com um aumento de 10% à parte das ODS, aos cerca de 100 mil euros que referiu.

Nessa sequência disse estarem a propor no orçamento 7,5% sobre uma base de 780 mil euros, provavelmente superior aos 5,5% sobre 750 mil euros e 10% sobre 100 mil euros.

Referiu que aumentaram 7,5% às freguesias, e o valor das transferências de capital, para 300 mil euros, para reforçar o valor que já tinham de transferências de capital, reforçando terem todos os anos valores muito simpáticos. Recordou que ano passado tinham um valor de 1 milhão 779, e este ano, o orçamento aponta para transferências de capital, num valor de 2 milhões 726, ou seja, um aumento de cerca de 900 mil euros, comparativamente ao valor do ano passado, em termos orçamentais um valor já por si elevado.

Acrescentou que o município, no seguimento da reunião que tiveram com as juntas de freguesia, aumentou mais 300 mil euros, valor esse conectado com a possibilidade de criarem contratos interadministrativos com as freguesias, para a manutenção e reabilitação de espaços e equipamentos públicos, dando foco à requalificação daquilo que têm, sejam vias, calçadas, edifícios de natureza pública ou de uso público.

Neste momento, usou da palavra o Senhor Vice-presidente, para dizer que relativamente à questão da central intermodal, já referida na reunião, acrescentou ser uma das grandes metas que pretendem alcançar, porque, como é evidente, não se encontram satisfeitos com as condições existentes, nem para os passageiros, nem para a segurança das pessoas, nem com o local onde está situada, neste momento, a estação rodoviária. Referiu que esse projeto tem mais de uma década e meia e, na altura, foi concebido para se instalar nas imediações da estação de caminhos de ferro, mas o projeto não foi concluído também por parte da REFER, porque estava previsto que a REFER adquirisse aquele terreno, que suportasse parte desse projeto, na construção e no projeto em si próprio, no entanto não houve entendimento com a REFER. Portanto, esse é um objetivo que o município tem traçado que foi, inclusivamente, várias vezes candidatado, mas que seria no caso em concreto, depois concretizado a expensas exclusivas do município. Aquilo que, entretanto, foi evoluindo, dentro dos projetos de mobilidade do



12

município, é que haveria a possibilidade e que, de resto, foi também assim construído aquele edifício na década de 50, tendo ficado na altura deliberado pela própria câmara, que aquele equipamento serviria como estação rodoviária para todas as operadoras que viessem a ter lugar no concelho do Fundão e o município encontra-se a perseguir esse objetivo. Disse ser evidente que, na medida do possível, tudo o que seja tráfico de atravessamento no Fundão, ele não deve estar concentrado dentro da cidade do Fundão e, por isso, a solução do lado de lá distribuindo o trânsito para as variantes, seria sempre melhor desse ponto de vista, e a proximidade com a estação dos caminhos de ferro estaria também assegurada. Mas, de todo o modo, aquele espaço continua a ter as caraterísticas ideais para poder responder à necessidade que o Fundão tem, concordando com essa necessidade.

Relativamente à questão das Juntas de Freguesia, disse terem dialogado de forma muito aberta com as Juntas de Freguesia, acrescentando que o município, tinha uma proposta de aumento de 5,5% e aquilo que ficou acordado nas conversações com as Juntas de Freguesia, é que a atualização fosse feita através da evolução do índice de preços. Sublinhou que o município, apesar do índice de preços já ter sido negativo, nunca reduziu valor da transferência de competências. Referiu que se trata de competências que são do Município do Fundão, que são delegadas nas Juntas de Freguesia para execução, com um envelope financeiro específico, competências que são do município, ou seja, não estão a tratar do financiamento das Juntas de Freguesia, porque concebe-se essa ideia, referindo-o de uma forma geral, que o município se encontra a financiar a existência e o funcionamento das Juntas de Freguesia. Nesse sentido, disse terem partido para essa conversação numa base de 5,5%, que de resto, era o que estava previsto na globalidade dos aumentos para o ano de 2024, em sede do Orçamento de Estado, resultando dessa conversação que o município iria proceder, não apenas a um aumento na parte dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, mas na globalidade a um aumento de 7,5% ficando o valor na sua totalidade da delegação de competências com os ODS, perto de um milhão de euros, acrescentando ser este o maior valor de sempre transferido, a seu ver, o maior aumento de sempre também de transferências para as Juntas de Freguesia. Relativamente aos ODS, acredita que se encontram a falar de uma novidade absoluta na atribuição dessa verba, pede-se um aumento não de 7,5%, mas de 10% na questão das ODS. Disse ser evidente haver uma necessidade também de demonstração da parte das Juntas de Freguesia, que esse montante está a ser direcionado para o cumprimento desses ODS, sendo óbvio que o município tem respeitado essa autonomia de gestão, mas quando aprovado, esse montante de cerca de cem mil euros, a primeira vez que o atribuíram, foi há dois anos, ele carece sempre dessa atribuição. No entanto o próprio orçamento deste ano, para além de ter chegado próximo da fasquia de um





milhão de euros, ele teve um aumento também muito significativo, que foi na ordem dos trezentos mil euros, que permitirá através de contratos programa com o município, estabelecer um conjunto de investimentos que podem também naturalmente ser enquadrados naquilo que são os ODS.

No entanto não deixou de referir e valorizar, aquilo que foi o alinhamento com a orientação deste município, porque ele pretende, tal como disse o anterior Secretário de Estado Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, não deixar "ninguém para trás," sendo um pouco esta a leitura que se faz deste orçamento e o balanço que o município faz, seja na área social, seja na área da obra pública de proximidade, seja na atração de empresas, seja na cultura, seja no desporto, seja na juventude, seja na saúde, ele tem sempre resposta e, por isso, esse é de facto uma das grandes bandeiras que estão erguidas neste orçamento.

Para terminar disse ficar naturalmente muito satisfeito, que a grosso modo, as referências que fez aos principais investimentos que vão ocorrer no próximo ano, estejam de acordo com a perspetiva também dos Senhores Vereadores do Partido Socialista.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente, para solicitar que com os pressupostos que referenciou, façam chegar a proposta através de email, até dia 7 de dezembro, para que o município possa eventualmente equacionar alguma alteração.

Por último deu conta, que serão enviadas como anexo as intervenções que estarão dentro do 2030 e que neste momento estão sinalizadas.

Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 9 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando: Que a Freguesia de Alpedrinha solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a comparticipar as obras de reabilitação do muro da curva da Estrada Nacional 18, junto à rotunda da entrada norte da Vila de Alpedrinha; Que o objetivo desta obra e o esforço de investimento a apoiar é de manifesto interesse para os seus residentes; Que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Que a alínea b) do artigo 2º deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativa das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; proponho face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos do artigo 3º alínea b) e 13º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição



Il

de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo-se um apoio financeiro no valor de 4.500,00€ (quatro mil e quinhentos euros). O respetivo pagamento ficará condicionado ao estabelecido no nº 3 do artigo 52º da Lei nº 151/2015, de 11 de Setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Alpedrinha)

Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 9 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando: Que a União de Freguesias de Povoa de Atalaia e Atalaia do Campo solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a comparticipar as obras de execução da rede de drenagem de águas pluviais na Rua da Fonte, na localidade de Atalaia do Campo; Que o objetivo desta obra e o esforço de investimento a apoiar é de manifesto interesse para os seus residentes; Que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Que a alínea b) do artigo 2º deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativa das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; proponho face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos do artigo 3º alínea b) e 13º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo-se um apoio financeiro no valor de 4.400,00€ (quatro mil e quatrocentos euros). O respetivo pagamento ficará condicionado ao estabelecido no nº 3 do artigo 52º da Lei nº 151/2015, de 11 de Setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município do Fundão e a Freguesia de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo)





<u>Atribuição de apoio financeiro – GARDUNHA VIVA – Associação de Montanhismo</u> <u>do Fundão</u>

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 21 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando que a GARDUNHA VIVA - Associação de Montanhismo do Fundão solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a apoiar as obras de requalificação e manutenção da sua Sede Social; Considerando que a GARDUNHA VIVA tem como principal objetivo, promover atividades de carácter desportivo, cultural, científico e ambiental; Considerando o dinamismo e o trabalho desenvolvido por esta associação: Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos documentos os solicitados requerimento/modelo, Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um apoio financeiro à GARDUNHA VIVA - Associação de Montanhismo do Fundão, no valor de € 5.000,00 (cinco mil euros). O respetivo pagamento ficará condicionado ao estabelecido no n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de apoio financeiro – GARDUNHA VIVA – Associação de Montanhismo do Fundão)

Atribuição de subsídios às coletividades — ano 2023 — 2.ª adenda — Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 21 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando que a Câmara Municipal, em reunião realizada no dia 30 de janeiro do corrente ano, deliberou aprovar a atribuição de subsídios mensais às coletividades do concelho, para o ano de 2023; Considerando que as regras do Programa de Apoio às Coletividade se mantêm, e que a Câmara Municipal do Fundão, enquanto agente da administração local, tem atribuições, como sejam, nos domínios previstos no artigo 23.º do RJAL – Regime Jurídico das Autarquias Locais - aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito do equipamento rural e urbano, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, promoção do desenvolvimento, entre outras; Considerando que a Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares, tem como objetivo principal o apoio à infância e terceira idade, através do funcionamento das respostas sociais de creche, centro de atividade de tempos livres, serviço de



12

apoio domiciliário, centro de dia e lar residencial; Considerando que este apoio é fundamental para a manutenção da creche de Silvares, que apresenta prejuízos históricos por falta de crianças, proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e nos termos do previsto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a 2.ª Adenda à Listagem de Subsídios Ativos — Associações, anexa ao processo de atribuição de Subsídios Mensais às Coletividades — Ano de 2023 —, no sentido de ficar a constar o seguinte: • Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares, pessoa coletiva de direito privado n.º 504 580 671 — 1.000,00€, durante 1 ano. Esta autorização fica sujeita à possibilidade de cumprir o previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídios às coletividades — ano 2023 — 2.ª adenda — Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Silvares)

<u>Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia – atividades de animação e apoio à família para o ano letivo 2023/2024</u>

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 10 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando o teor do Protocolo de Cooperação outorgado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no dia 28 de julho de 1998, que determina a operacionalização do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar; Considerando também, que a alínea a) do artigo 39 do Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro de 2019, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação; Considerando que o Despacho n.º 11237/2015 de 7 de outubro fixou para o ano letivo 2014/2015 os mesmos valores de apoio previstos no Despacho n.º 13503/2009 de 27 de maio, sendo esta a última atualização dos mesmos; Considerando o Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de setembro, diploma que define as normas que regulam a comparticipação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar; Considerando que as Juntas de Freguesia, pela sua proximidade aos cidadãos, dispõem de uma capacidade de atuação local privilegiada; Considerando que o executivo municipal assumiu como fundamental e prioritário o processo de descentralização administrativa; Considerando que este processo de







descentralização será definido e implementado em permanente diálogo e articulação com as Juntas de Freguesia; Considerando que as autarquias têm aumentado e intensificado a sua intervenção no campo educativo e formativo, quer através de ações levadas a cabo em colaboração com outros parceiros educativos, quer através de ações próprias conduzidas por serviços cada vez mais apetrechados; Considerando que as autarquias vêm desenvolvendo todo um conjunto de ações de âmbito social, cultural, desportivo e também pedagógico, podendo nalgumas situações começar a existir uma política educativa local; Considerando que a rede escolar necessita de intervenções constantes para manter o nível de qualidade das infraestruturas e equipamentos; Considerando o teor das deliberações tomadas pela Câmara Municipal, no dia 24 de Abril de 2015, e pela Assembleia Municipal, no dia 29 de abril, relativas à aprovação das minutas dos Contratos de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Fundão para as Juntas de Freguesia do Concelho do Fundão, no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Ensino Pré-Escolar, especificamente, no que se refere à cláusula "Cooperação e gestão de equipamento pré-escolar, designadamente, do jardim-de-infância", Proponho, nos termos do disposto nas alíneas l) e hh) do nº1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal delibere no sentido de: • Aprovar a tabela anexa à presente proposta, que diz respeito ao prolongamento de Horário, no valor de 57.420,00 € (Doc.nº1); • Aprovar despesa subjacente aos encargos previstos no âmbito da alimentação dos alunos dos jardins de Infância, de acordo o reporte mensal por parte dos Agrupamentos de Escolas, que atendendo ao efetivo dos meses de setembro e outubro se estima venha a ser de 95.552,43 € (Doc.nº2); • Aprovar, em virtude da delonga na atualização dos dados por parte dos agrupamentos de escolas, que os efeitos a produzir se reportem ao mês de setembro do corrente ano letivo. Esta autorização de despesa fica sujeita à possibilidade de cumprir o previsto na alínea b) do n.º3 do artigo 52.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia – atividades de animação e apoio à família para o ano letivo 2023/2024)

Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2023/2024 – fichas de trabalho

Pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira foi apresentada à Câmara uma informação do Serviço de Educação, datada de 15 de novembro de 2023, do seguinte teor":





"A Ação Social Escolar traduz-se na implementação de apoios sócio educativos que promovam a igualdade de oportunidades no acesso à escola e no combate às diversas formas de exclusão social e escolar, criando condições para a realização de aprendizagens significativas por parte de todos os alunos. Neste sentido, e • Considerando que os Auxílios Económicos constituem uma modalidade de apoio sócio educativo destinada a alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações para fazer face às despesas escolares dos alunos, por forma a assegurar o prosseguimento da escolaridade: Considerando o disposto no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que estabelece as normas relativas à transferência, para os Municípios, de competências especificas em matéria de ação social escolar, em diversos domínios, designadamente no que respeita à atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam o 1º Ciclo de Ensino Básico, e que, nos termos do n.º 2 do Artigo 14º do referido diploma, "as normas de concessão e processamento de auxílios económicos, bem como do seu valor, serão fixadas pelo respetivo Município, não podendo ser estabelecidas normas mais gravosas nem valores inferiores aos fixados para os ensinos preparatório direto e secundário"; • Considerando ainda o Despacho n.º 7255/2018 de 31 de Julho em vigor na presente data; · Considerando que 12 processos foram entregues em data posterior ao procedimento de aprovação das listagens nominais de alunos beneficiários de auxílios económicos para a aquisição de fichas de trabalho, no ano letivo de 2023/2024, em Reunião de Câmara de 16/10/2023; • Informo que, relativamente à concessão de auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar da competência deste Município, para o ano letivo 2023/2024 e para efeitos de comparticipação de despesas com a aquisição de fichas de trabalho. o valor estimado das comparticipações, tendo por base a análise dos processos de candidatura agora apresentados, é de 363,53 €, sendo que, aos Alunos do Escalão A e B é atribuída uma comparticipação de 100% da despesa, até ao montante máximo de 50,37€. Após a análise dos processos de candidatura a auxílios económicos para aquisição de fichas de trabalho - ano letivo 2023/2024, e nos termos do Despacho n.º 7255/2018 de 31 de Julho, cumpre-me informar, ainda, que os 12 processos se encontram devidamente instruídos, decorrendo da respetiva análise a seguinte apreciação: • 4 processos encontram-se em condições de serem incluídos em Escalão A, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros I das listagens nominais em anexo); • 6 processos encontram-se em condições de serem incluídos em Escalão B, sendo que 2 processos se referem ao Agrupamento de Escolas do Fundão e 4 processos ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros II das listagens nominais em anexo); • 2 processos encontram-se em condições de serem incluídos



JD

em Escalão C, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros IV das listagens nominais em anexo); Face ao supra exposto, sou a informar que, salvo melhor opinião, a Câmara Municipal do Fundão deve deliberar no sentido de: • Autorizar a comparticipação das fichas de trabalho aos alunos do 1º Ciclo, ano letivo 2023/2024 no valor total 363,52 €; • Deferir a Listagem Nominal de alunos beneficiários de auxílios económicos para aquisição de fichas de trabalho para o ano letivo 2023/2024, incluídos no Escalão A e no Escalão B, anexa à presente informação e atribuir o correspondente apoio financeiro, nos termos acima propostos, devendo os candidatos ser notificados dessa decisão por meio de Anúncio, nos locais de estilo; • Indeferir a listagem nominal dos alunos considerados em Escalão C, junta em anexo, ficando excluídos do benefício ao apoio a que se candidataram, por se encontrarem inseridos em escalões não beneficiários, devendo os candidatos ser notificados dessa intenção de indeferimento, nos termos do art. 112º e seguintes do CPA, por meio de Anúncio, face ao avultado número de requerimentos e nos termos do artigo 6º nº 1 alínea a) do RGPD e tendo em conta a autorização previamente recebida do titular dos dados; Mais se informa que, decorrente da deliberação tomada em Reunião de Câmara, ocorrida no dia 16/10/2023, relativa a auxílios económicos para a aquisição de fichas de trabalho para o ano letivo 2023/2024, apresentados no âmbito da Ação Social Escolar dirigida aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico deste concelho, foi concedido o período de audiência dos interessados. Face ao supra exposto, sou a informar que, salvo melhor opinião, a Câmara Municipal do Fundão deve deliberar no sentido de: 1. Indeferir a listagem nominal dos alunos considerados em Escalão C (conforme quadros III das listagens nominais em anexo), ficando excluídos do benefício ao apoio a que se candidataram, por se encontrarem inseridos em escalões não beneficiários, devendo os candidatos ser notificados do indeferimento, nos termos do art. 112º e seguintes do CPA, por meio de Anúncio, face ao avultado número de requerimentos e nos termos do artigo 6º nº 1 alínea a) do RGPD e tendo em conta a autorização previamente recebida do titular dos dados; Esta autorização fica sujeita à possibilidade de cumprir o previsto na alínea b) do n.º3 do artigo 52.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2023/2024 – fichas de trabalho).





<u>Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2023/2024 – fichas de trabalho (em data extemporânea)</u>

Pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira foi apresentada à Câmara uma informação do Serviço de Educação, datada de 17 de novembro de 2023, no âmbito das medidas de ação social escolar para o ano letivo 2022/2023, dado que foram apresentados dois requerimentos subscritos pela encarregada de educação, em data extemporânea, a solicitar apoio para as fichas de trabalho dos seus educandos. Atendendo a que o motivo apresentado constitui, salvo melhor opinião, motivo de força maior, e de acordo com a alínea 5, do artigo 8.º, do Capítulo IV do Despacho n.º 8452 A − 2015 de 31 julho, propõe-se a atribuição do valor das fichas de trabalho, que perfaz um total de 81,71 €.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Auxílios económicos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2023/2024 – fichas de trabalho (em data extemporânea)).

Empreitada de: "Alteração e Ampliação do Quartel da GNR - Fundão" - ratificação de despacho

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 14 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando que o procedimento de concurso público "Alteração e Ampliação do Quartel da GNR - Fundão", foi autorizado em sede de reunião de Câmara Municipal do Fundão, datada de 16/10/2023, e publicado na II Série do Diário da República, n.º 209 de 27/10/2023; Considerando que no âmbito do referido procedimento, foram apresentadas listagens de erros e omissões bem como pedidos de esclarecimentos; Considerando a necessidade de aprovar os documentos resultantes da análise efetuada as listagens apresentadas pelos interessados e propostas pelo Júri do Procedimento, dentro do prazo estabelecidos na atual redação do Código dos Contratos Públicos (CCP), de forma a não prolongar o prazo de entrega de propostas, existiu desta forma precisão de executar o presente despacho que se anexa; Considerando a necessidade de retificar o programa de concurso do referido procedimento; Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de ratificar o Despacho em anexo à presente proposta, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 11 de Setembro na sua atual redação."



IL

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Empreitada de: "Alteração e Ampliação do Quartel da GNR – Fundão" – ratificação de despacho)

<u>Atribuição de topónimos – Freguesia de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo</u>

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 17 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Toponímia nas reuniões que tem efetuado no âmbito das suas competências; Considerando também o trabalho desenvolvido em colaboração com a Fiscalização Municipal; Considerando que o Presidente da União das Freguesias de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo em reunião da Comissão de Toponímia realizada no dia 31 de outubro de 2023, recomendou a atribuição dos seguintes topónimos: "Caminho da Alverca de Baixo", "Caminho da Pouca Farinha"; "Caminho da Quinta das Tapadas"; "Caminho de São Pedro"; "Caminho dos Cascalhos"; "Caminho Quinta da Marmeleira"; "Caminho Quinta da Serrana"; "Rua Padre Américo da Encarnação Vaz"; "Rua Tapada das Freiras", bem como, o prolongamento da "Avenida Kubitscheck de Oliveira", conforme plantas em anexo; Considerando que a Comissão de Toponímia, pronunciou-se favoravelmente quanto à atribuição destes topónimos e ao prolongamento da "Avenida Kubitscheck de Oliveira"; Considerando que compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição dos topónimos identificados nas plantas que se anexam, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Toponímia."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de topónimos — Freguesia de Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo)

Atribuição de topónimos - Freguesia de Alcaria

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 20 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Toponímia nas reuniões que tem efetuado no âmbito das suas competências; Considerando também o trabalho





desenvolvido em colaboração com a Fiscalização Municipal; Considerando que a Assembleia de Freguesia de Alcaria em sessão realizada no dia 26 de abril de 2023, recomendou à Comissão de Toponímia a atribuição dos topónimos, "Rua Cabeço da Pinha", "Rua da Pinha", "Rua do Casal" e "Rua da Fadagosa", conforme plantas em anexo; Considerando que a Comissão de Toponímia, em reunião realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, pronunciou-se favoravelmente quanto à atribuição destes topónimos; Considerando que compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; **Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição dos topónimos identificados nas plantas que se anexam, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Toponímia."**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de topónimos – Freguesia de Alcaria)

Atribuição de topónimos - Freguesia de Barroca

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 20 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Toponímia nas reuniões que tem efetuado no âmbito das suas competências; Considerando também o trabalho desenvolvido em colaboração com a Fiscalização Municipal; Considerando que a Assembleia de Freguesia de Barroca em sessão realizada no dia 30 de setembro de 2022, recomendou à Comissão de Toponímia a atribuição dos topónimos, "Largo da Eira" e "Rua da Eira", conforme plantas em anexo; Considerando que a Comissão de Toponímia, em reunião realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, pronunciou-se favoravelmente quanto à atribuição destes topónimos; Considerando que compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição dos topónimos identificados nas plantas que se anexam, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Toponímia."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de topónimos – Freguesia de Barroca)

Atribuição de topónimos - Freguesia de Orca

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 20 de novembro de 2023, e que se transcreve:





"Considerando o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Toponímia nas reuniões que tem efetuado no âmbito das suas competências; Considerando também o trabalho desenvolvido em colaboração com a Fiscalização Municipal; Considerando que a Assembleia de Freguesia de Orca em sessão realizada no dia 8 de abril de 2023, recomendou à Comissão de Toponímia a atribuição dos topónimos, "Rua da Atalaia", "Rua de Santo António", bem como, o prolongamento da "Rua do Trogal", conforme plantas em anexo; Considerando que a Comissão de Toponímia, em reunião realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, pronunciou-se favoravelmente quanto à atribuição destes topónimos e ao prolongamento da "Rua do Trogal"; Considerando que compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; **Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição dos topónimos identificados nas plantas que se anexam, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Toponímia."**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de topónimos – Freguesia de Orca)

Correção de extensão - topónimo "Rua da Fonte de Cima" - Freguesia de Capinha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 20 de novembro de 2023, e que se transcreve:

"Considerando o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comissão de Toponímia nas reuniões que tem efetuado no âmbito das suas competências; Considerando também o trabalho desenvolvido em colaboração com a Fiscalização Municipal; Considerando que a Junta de Freguesia de Capinha, recomendou à Comissão de Toponímia a correção do troço referente à "Rua da Fonte de Cima", conforme planta em anexo; Considerando que a Comissão de Toponímia, em reunião realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, pronunciou-se favoravelmente quanto à correção deste troço; Considerando que compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea ss) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações; **Proponho, que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição dos topónimos identificados nas plantas que se anexam, e em conformidade com o disposto no Regulamento de Toponímia."**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Correção de extensão – topónimo "Rua da Fonte de Cima" – Freguesia de Capinha)





4 - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

Marco António Simões Alves - construção de habitação unifamiliar - Alcaria

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à operação urbanística de alteração de edificação destinada a habitação unifamiliar, sita no Cabeço do Covão, Alcaria.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto nas condições apontadas no n.º 6 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 7."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Marco António Simões Alves – construção de habitação unifamiliar – Alcaria)

<u>Joaquim dos Reis Marques – legalização de construção de habitação unifamiliar –</u> Barroca

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização da operação urbanística de obras de construção de habitação unifamiliar, sita na Rua das Flores, n.º 4 – São Martinho, Barroca.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento dos projetos de arquitetura e de especialidades nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joaquim dos Reis Marques – legalização de construção de habitação unifamiliar – Barroca)

<u>Miguel Carlos Taborda Amaral Craveiro – legalização de ampliação de habitação</u> unifamiliar – Donas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização da operação urbanística de obras de ampliação de habitação unifamiliar, sita na Quinta do Pombal, Donas.



IL

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Miguel Carlos Taborda Amaral Craveiro – legalização de ampliação de habitação unifamiliar – Donas)

António José Baptista dos Santos – licenciamento de ampliação de habitação unifamiliar – Donas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao licenciamento da operação urbanística de obras de ampliação de habitação unifamiliar, sita na Lameira Longa ou Chão dos Santos, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (António José Baptista dos Santos – licenciamento de ampliação de habitação unifamiliar – Donas)

Banco Comercial Português, S.A. – legalização de piscina associada a moradia unifamiliar – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de piscina associada a moradia unifamiliar, sita na Quinta da Tapada, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma.





12

(Banco Comercial Português, S.A. – legalização de piscina associada a moradia unifamiliar – Fundão)

Frutas João Veríssimo Mendes & Filho, Lda. – licenciamento de reconstrução de habitação unifamiliar existente, ampliação de apoios agrícolas e arranjos exteriores e sistema anti-geada – Aldeia de Joanes

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao licenciamento da operação urbanística de reconstrução de habitação unifamiliar existente, ampliação de apoios agrícolas e arranjos exteriores e sistema anti-geada, sita na Quinta do Serrado, Aldeia de Joanes.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 7 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 8."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Frutas João Veríssimo Mendes & Filho, Lda. – licenciamento de reconstrução de habitação unifamiliar existente, ampliação de apoios agrícolas e arranjos exteriores e sistema anti-geada – Aldeia de Joanes)

Gonçalagro – Sociedade Agro Comercial, Lda. – construção de pavilhão destinado a armazém, comércio, serviços e indústria – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à operação urbanística de construção de pavilhão destinado a armazém, comércio, serviços e indústria, sita na Zona Industrial do Fundão – Lote 95, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura nas condições apontadas no n.º 5 da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º 6."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Gonçalagro – Sociedade Agro Comercial, Lda. – construção de pavilhão destinado a armazém, comércio, serviços e indústria – Fundão)





<u>ONITELECOM – Infocomunicações, S.A. – autorização para passagem de cabo de</u> fibra ótica em infraestruturas existente – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao pedido de autorização para passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existente, na Rua dos Três Lagares, Fundão.

O Chefe de Área exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido nas condições apontadas no Capítulo III, da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente, e nos termos do Capítulo IV."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (ONITELECOM – Infocomunicações, S.A. – autorização para passagem de cabo de fibra ótica em infraestruturas existente – Fundão)

NOS Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existente – Fundão

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao pedido de autorização para instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existente, na Rua Dr. Eduardo Figueira, Rua Cidade de Vila Real de Santo António e Av. Kubitscheck de Oliveira, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido nas condições apontadas no Capítulo III, da informação técnica prestada; 2 – Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, dessa decisão ao requerente, e nos termos do Capítulo IV."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (NOS Comunicações, S.A. – instalação de rede de comunicações eletrónicas em infraestruturas existente – Fundão)

Luís Alves Ribeiro - compropriedade - Souto da Casa

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Quinta dos Cascalhais, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 — Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada."





A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Luís Alves Ribeiro – compropriedade – Souto da Casa)

<u>Maria Irene Monteiro Pereira Mendes – compropriedade – Donas</u>

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Senhora do Souto, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 — Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Irene Monteiro Pereira Mendes – compropriedade – Donas)

<u> Aida Maria Porfírio Mendes - compropriedade - Souto da Casa</u>

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Muro, Souto da Casa.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Aida Maria Porfírio Mendes – compropriedade – Souto da Casa)

Kelly Lopes Ribeiro - compropriedade - Telhado

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, em Montesinhos de Cima, Telhado.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: "VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 — Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada."

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Kelly Lopes Ribeiro – compropriedade – Telhado)



<u>5- INFORMAÇÕES</u>

Balancete do dia 21 de novembro de 2023

Total de Disponibilidades 2.956.890,21€
Total de Movimentos de Tesouraria 3.067.100,57€
Operações Orçamentais 2.861.067,27€
A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 21 de novembro de
2023.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, nos termos da lei, vai ser por si assinada e por Maria Isabel Carvalho Campos, Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

O Presidente da Câmara,

A Chefe do DAF,